



SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: dos movimentos sociais às ONGs, uma interpretação crítica da institucionalização dos movimentos a partir da escola de Frankfurt.

SANTOS, Luís Ronaldo¹

RESUMO: Os estudos em teoria crítica se apresentam como possibilidades de tratar o objeto de pesquisa dialeticamente, superando uma abordagem funcionalista descritiva muito presente nas análises atuais. Assim, os estudos em relação ao terceiro setor se tornam mais críticos e imanentes ganhando maiores qualidades ao lançarmos mão do arcabouço teórico dos pesquisadores que integram a escola de Frankfurt. As pesquisas sobre o tema do terceiro setor colocam em oposição estudos que vão desde críticas ao modelo de gestão do social até grandes exaltações da proposta, quando estas ocupam posição no setor econômico. O presente ensaio teórico tem como propósito utilizar da teoria crítica para debater sobre a formação e estruturação das ONGs, para que a partir desses resultados propor novos caminhos para a compreensão do tema. Para isso é necessário uma interlocução com a gênese das organizações não governamentais no Brasil e os postulados teóricos de alguns autores da escola frankfurtiana. Dessa maneira, podemos alcançar um certo êxito no processo de desalienação, quando tratamos de criação de novas sociabilidades imbricadas em uma construção neoliberal de sociedade, podendo assim estabelecer uma base para a crítica da intervenção do serviço social a partir dessas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro setor; serviço social; teoria crítica.

INTRODUÇÃO

Para iniciarmos a discussão crítica aqui proposta, se faz necessário delimitarmos não só o objeto, ONG'S, como a expressão do resultado dialético das lutas travadas pela sociedade por meio dos movimentos sociais, (LANDIM, 1993), mas também o período sócio-histórico de totalitarismo e ascensão do neoliberalismo na América Latina com foco especial no contexto brasileiro, que proporcionou uma combinação perfeita para a fomentação de sínteses que tem como foco primário apenas a melhora das condições de sociabilidade, deixando o processo de ruptura e superação dessas para o próximo passo desse movimento.

O período compreendido pelas décadas de 1960 até a década de 1990 foi uma miríade de convulsões políticas, econômicas e culturais que geraram resultados nas formas da sociedade se relacionar e desenvolver-se, desde o modo de produção e reprodução material e de seus sujeitos, como também de sua organização. Disposição essa que se materializa em novas formas de luta da sociedade em busca da superação de realidades sociais miseráveis, enfrentadas principalmente nos países periféricos, como o Brasil,

¹ Mestrando em Gestão Pública e Sociedade pela UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas/MG. E-mail: luis.ronaldo@sou.unifal-mg.edu.br.



refletindo na constituição dos objetivos primários, que é se não apenas a garantia animal de existência (MARX, 2010). Deixando-se em segundo plano a busca pela melhoria das condições de vida do trabalhador. Nesse contexto, os movimentos sociais, já sob novos pilares, permeados agora pela influência de uma sociedade “pós-industrial” (TOURAINÉ, 1989), consubstanciado com a apropriação das inovações tecnológicas, coloca-nos em uma realidade em que a luta pela garantia de condições mínimas de humanidade e de sobrevivência têm protagonismo no papel das instituições da sociedade nessa luta atual.

Dessa maneira, em uma perspectiva crítica, o desencadeamento lógico hegemônico nos é apresentado como um inimigo que necessita ser vencido, pois ele tem por tendência natural apenas reduzir todo um contexto de ricas transformações proporcionadas pelas lutas travadas entre proletários e donos dos meios de produção, entre movimentos sociais e o poder central hegemônico (TOURAINÉ, 1989), ou seja, um polo explorado e outro explorador. Assim a dinâmica da luta da sociedade de classe que é intrínseca ao modo de produção capitalista e a sua organização social, o motor fundante da exploração de uns contra os outros, que por sua vez também é motor que proporcionará a classe explorada a superar as amarras é difundida como apenas uma sucessão de acontecimento, dando-lhe um caráter simplista e sem potencial de transformação, ou seja, em consequências fatalistas do modo de produção capitalista.

A alternativa para a superação teórica dessa racionalidade neoliberal que permeia a estruturação da organizações da sociedade civil no que se refere às suas funções dentro da sociedade de mercado, encontra nas obras de autores da escola de Frankfurt e na psicanálise, como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, Freud entre outros, uma base capaz de engendrar uma crítica a partir do papel antagônico da própria sociedade civil, que ao mesmo tempo em que é pauperizada e destituída de direitos é também chamada em nome da garantia do fortalecimento de um Estado mínimo a dar respostas às suas próprias mazelas conjuntamente com o mercado.

O exercício proposto de analisar criticamente parte do princípio de superar uma observação contemplativa de um mero espectador alheio e externo ao problema (ADORNO, 1998), onde este é afetado por categorias exógenas tirando as especificidades subjetivas imanente que constitui todo o processo dialético, que coloca a sociedade civil de vítima à sua própria salvadora. A crítica imanente em Adorno é fundamental para estabelecer parâmetros para tal análise, pois como diz o próprio autor é necessário imergir “nos objetos que vêm até ele, com total liberdade e responsabilidade, sem nenhuma consideração pela aceitação pública e por constelações de poder” (ADORNO, 1992, p. 306), ou seja, uma crítica do objeto por ele mesmo e suas categorias. Vejamos a seguir algumas possíveis contribuições Frankfurtianas.



A ESCOLA DE FRANKFURT E A TEORIA CRÍTICA

O movimento teórico crítico, conhecido como a Escola de Frankfurt, não pode ser definido em poucos parágrafos, ou mesmo em apenas um pensamento. Como o próprio nome diz é uma escola, e esta tem um local e tempo histórico que determinaram os pensamentos de seus autores. Pensamentos estes que não são homogeneizados, cada autor apresentava um modo específico de interpretar a realidade, mas com um ponto em comum: a interpretação das condições que levaram a Alemanha a promover o holocausto. Assim, para não incorrer no erro de suprimir especificidades teóricas dos diversos autores Frankfortiano e manter uma vigilância, se faz necessário nos atentarmos e tomar cuidados e atenção epistemológica (JAPIASSU, 1981), evitando anacronismo ou mesmo transcender ao objeto, importando categorias apêndices que de nada contribui para o pensamento crítico. Tomando esses cuidados a teoria crítica pode contribuir para uma análise imanente do processo de protagonismo das organizações não governamentais no que se refere a efetivação de direitos sociais que foram despojados desta própria sociedade, que por sua vez é a pedra fundante dessas mesmas organizações, haja vista, que “a questão do Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo - sempre estiveram presentes nos trabalhos dos Frankfortianos” (FREITAG, 1986, p.3).

Para melhor compreensão da incursão do pensamento crítico como sendo um questionamento radical de pressupostos apresentados (FREITAG, 1986), é necessário situar histórica e politicamente esse movimento. Desta forma sua gênese é encontrada no contexto dos desdobramentos do período entre guerras na Europa (1914 - 1945), e em particular na Alemanha, onde surge bases teóricas que fundamentam a criação e manutenção de um Estado nacionalista que tem como uma de suas frentes a construção social de alguns inimigos a quem possa culpar a derrota e os infortúnios vivenciados pelos alemães, (os Judeus, comunistas e os não arianos), para que desse modo se justifique racionalmente (razão instrumental) toda e qualquer ação de repressão, que culminou no maior regime de barbárie contra a humanidade já visto, o nazifacismo. Tendo assim, a razão que Kant propôs como estratégia de emancipação dos sujeitos, agora atrofiada e instrumentalizada objetivamente em virtude da dominação do homem (FREITAG, 1986) uma razão instrumental.

É nesse cenário alemão que surge a Escola de Frankfurt, com pensadores que desenvolvem uma crítica da razão científica (MATOS, 1993), partindo de alguns pressupostos marxistas e por vezes reformulando-os a fim de melhor compreender aquele cenário político, econômico e social e os destinos da sociedade. Pode-se então, desenvolver uma consciência de que o objetivo da teoria crítica é subsidiar a compreensão de que: como



o próprio homem dotado de razão é capaz de produzir seu aniquilamento? sendo ele apto para tomar as melhores decisões e fabricar seu próprio destino? Este homem se apresenta em um estágio de desenvolvimento que supera a sua condição anterior de barbárie e inconsciência. Dessa maneira os trabalhos de Freud e seus seguidores sobre irracionalidade e inconsciência ajudam nessa compreensão, pois elas “determinam certas partes do comportamentos humano [...] eles também mostraram que esses fenômenos irracionais obedeciam certas leis, podendo ser, por conseguinte, entendidos racionalmente. (FROMM, 1983 p. 17-18). Abre-se assim uma porta para o entendimento da inculcação da alienação por parte do trabalhador, que mesmo tendo consciência de sua miserabilidade é regido pela inconsciência inculcada.

Os frankfurtianos passam a nomear toda teoria que foge à contradição como “Teoria Tradicional” e fundam a “Teoria Crítica” em oposição ao pensamento típico da filosofia desde Descartes (MATOS, 1993). Desse modo, Adorno e Horkheimer (1997) em “Dialética do Esclarecimento” já figuram que o saber é o que define a superioridade do homem, porém dentro de uma sociedade formada por homens dotados de saberes, alguns se sobressaem e subjagam outros. Mesmo que todos os homens possuam a mesma habilidade de racionalizar e decidir como superar condições adversas com as quais se encontram, eles são condicionados por um saber hegemônico que passa a nortear todas as relações sociais e econômicas em toda sua amplitude. Na maioria das vezes o saber hegemônico coloca esses homens cada vez mais em situações subjugadas e dependentes, menos livres. E em cada época da história tal saber se transforma e evolui com vistas a sua melhor racionalização. Desse modo, temos em nossa contemporaneidade o saber racional neoliberal.

Tais conceitos se resumem, aqui, apenas com o objetivo de capacidade de síntese, sem pretensão de esgotar a sua complexidade: em como a razão humana é apropriada pelo indivíduo no seu cotidiano, e o papel do mercado na apropriação dessa razão. Quando falamos em razão estamos nos remetendo à capacidade de racionalização do indivíduo frente aos desafios postos a serem enfrentados.

Nos séculos XVII e XVIII temos uma superação de um mundo baseado na orientação religiosa e da natureza unicamente unidirecional para um estágio de pensamento multidirecional. No século seguinte, consubstanciado pelas transformações ocorridas no modo de produção, onde situa-se a passagem de um sistema produtivo artesanal para um sistema industrial, auxiliado pelo incremento dos métodos de produção Taylorista/ Fordista. Isso faz com que tal modo de produção passe a influenciar as relações sociais quanto a sua organização (HARVEY, 1992). Por fim, nesse processo de transformação, atualmente os avanços das novas tecnologias e a flexibilização dos processos e meios de produção, atribui



aos indivíduos a responsabilidade por traçar seu próprio destino e da sociedade em que vivem. Em virtude dessa “desalienação”, ou melhor, mudança do estado de alienação do homem em razão da natureza, o centro do poder é redirecionado e a sociedade necessita de novas instituições para garantir sua existência. Surge assim o Estado burguês e novas regras de mercado, onde a razão científica é o que vai nortear os rumos desta nova sociedade, sejam os direcionamentos políticos ou os econômicos.

Na prática, conforme mencionado, com o surgimento da razão e do esclarecimento não se tem uma superação da alienação, apenas uma transformação dessa, o que não muda muita coisa para a grande maioria, os camponeses, os servos, e os escravos, as camadas mais exploradas. Encontramos em (FREUD, 2011) um paralelo, na ocasião o autor faz referência a destituição de um líder, e quando isso acontece, segundo ele a massa busca por uma nova liderança. Desse modo, as barbáries que eram justificadas por uma condição natural e/ou divina até o período Iluminista (século XVII - XVIII), agora se justificam pela garantia da liberdade burguesa, do livre mercado, da igualdade de todos os homens em termos naturais, sempre com o objetivo principal da acumulação de riquezas e controle das massas.

Ao pensarmos que a humanidade uma vez esclarecida e dotada de razão, poderia através da sociabilidade garantir condições de pleno desenvolvimento de cada um e de todos, possibilitando uma superação da sociedade estratificada, dividida e historicamente de uma classe subalterna explorada. Sejam estas: na sociedade pré-industrial com os servos e camponeses; ou na sociedade industrial formada pelos proletários (MARX, 2010); e mesmo na contemporaneidade com a implementação das tecnologias da informação e o processo de globalização que tende a extinguir fronteiras que tem na “classe que vive do trabalho” (ANTUNES 2003) novas e perversas formas de exploração. Dito isso, em quaisquer cenários históricos apresentados a condição de explorados, ao contrário, de fato apenas corroborou para a manutenção desta condição. O que torna essa relação de transição de poder um eminente material de estudos e investigações, pois mudam as estruturas e pioram as formas de expropriação, talvez mais humanas.

Há desta forma uma apropriação desta condição de racionalidade científica pelo aparato capitalista dominante, o que os pensadores críticos referem-se à tomada dessa racionalidade como mero instrumento de dominação. Deste modo, como abordado por (MATOS, 1993) a racionalidade científica de base positivista é detectada como a razão que perpassa toda forma de sociabilidade, e só um aparato teórico crítico poderá ser capaz de desvelar nuances dessa racionalidade que foi apropriada para justificar verdadeiros massacres contra a humanidade, desde genocídios à exploração da classe que vive do trabalho no cotidiano.



Os estudos culturais foram uma das vertentes trabalhadas por esses autores, com destaque para Adorno e Horkheimer (1997), que na obra “Dialética do Esclarecimento” trazem o conceito de “indústria cultural” que dentre tantas discussões apontam o caminho que a cultura tomava em um contexto de capitalização de todo os processos da vida, ou como trabalhado no pensamento de (MARX, 2005), que seja o processo de fetichização da mercadoria. Assim a cultura para esses autores não é alheia a esse processo, que através da distribuição em massa e para conseguir com que as obras culturais, como filmes, músicas entre outras manifestações artísticas, pudessem ser um produto comercializável tiraria da arte seu caráter inovador e por conseguinte a possibilidade da auto reflexão do seu apreciador. Tornando a cultura massificada, sem espaço para o novo e uma ferramenta para um forma inovadora de inculcamento de valores hegemônicos.

Na contra mão desse processo de massificação, no início dos anos 1960 surge nos Estados Unidos e ganha o mundo nos anos seguintes um movimento contracultural com objetivo de contestar os rumos da sociabilidade até então vigente, seja nos aspectos sociais ou culturais. A característica marcante foi o envolvimento dos jovens, desde a formação dos movimentos sociais até sua propagação, com destaque para o movimento hippie e o uso da música com os festivais, que levaram ao redor do planeta a mensagem de discordância com os princípios do capitalismo e da economia de mercado (PEREIRA, 1983).

Dessa forma tem-se a entrada em cena de grupos minoritários na luta por reconhecimento de seus direitos, como as mulheres, os negros, a comunidade lgbtqia+, dentre outros. Então trouxeram-se para este campo novos elementos que promovia uma maior identificação de seus membros e esse aspecto em comum traz por conseguinte uma coesão entre os elementos e busca expressar sua marca (TILLY, 2010). A cultura foi uma dessas expressões, com o movimento de maio de 68 em Paris, onde com a introdução de estudantes às lutas sociais pautadas, foi um dos mais importantes marcos desse processo de contestação (TOURAINÉ, 1989).

Assim como a expressão cultural é um aparato de coesão e de fortalecimento das lutas sociais, e também culturais, principalmente com a ascensão da indústria cultural (ADORNO, HORKHEIMER, 1997), recurso pelo qual se instrumentaliza a cultura com objetivos de dominação. Os movimentos sociais também lançam mão de um movimento contra cultural, (TOURAINÉ, 1989). Contudo esses novos elementos de contestação são deslegitimado discursivamente pela mídia à trabalho do capital, onde muitas vezes são rotulados como anti culturalistas em um sentido estrito e dominante, de baderneiros, ou mesmo tentando classificar esses movimentos, como movimentos apenas culturais, esvaziando as bandeiras de lutas sociais legítimas.



DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS ÀS ONGs NO BRASIL

Com a passagem de uma interpretação da sociedade organizada a partir do binômio capital x trabalho numa perspectiva de produção industrial fabril, para uma sociedade que tem agora no setor de serviços e na especulação financeira, com a introdução da instrumentalidade da inovação tecnológica, suas bases de reprodutibilidade, há também um novo direcionamento das lutas sociais. A luta que era pautada por mais empregos, melhoria das condições de trabalho, redirecionou-se à lutas em prol da manutenção dos empregos e minimização das perdas de direitos conquistados. Conforme (ALVES, 2009) a partir dos anos 1990 o sindicalismo brasileiro passa por uma reforma, sendo a insegurança de classe preponderante para a formação de um sindicalismo corporativo, que dificulta o uso de suas ferramentas e estratégias tradicionais como a greve geral, passando agora os sindicatos a serem apenas mediadores de interesses entre patrão e empregados. Mediação essa que é pautada e balizada pelo ideário neoliberal, e permeada pelo processo de precarização do trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas, e de narrativas de meritocracia e individualismo, que por sua vez também atua discursivamente em desfavor da mobilização coletiva.

Nessa mesma esteira se proliferam também as lutas voltadas pelo reconhecimento das diferenças, respeito à diversidade e garantia da igualdade de grupos minoritários. A saber, a qualificação desses grupos como minoritários é intencional, dado que estes, não raro, são formados por camadas da população que compõe maiorias, (TOURAINÉ, 1989), como a população negra e as mulheres. Sendo essa, uma tentativa instrumental que utiliza das ciências exatas para que matematicamente possa diminuir uma maioria numérica.

Há que se destacar que enquanto proliferavam movimentos contraculturais, concomitante com a inserção de novos membros, como os estudantes no movimento de maio de 1968², aos movimentos de lutas sociais com o surgimento de novas e diversas pautas pelo mundo. No Brasil se instalara por meio de um golpe militar o regime ditatorial civil-militar que durou dos anos 1964 à 1985. Esse período foi imbuído de bastante repressão à liberdade, o que de certo modo influenciou a manifestação dos movimentos sociais nacionais, afetando também o cenário cultural.

A repressão e o controle militar sobre a liberdade das pessoas imposta por legislações e pelo medo à tortura e ao exílio contribuiu para que os movimentos sociais fossem colocados à clandestinidade, criando assim seus próprios espaços de resistência e sobrevivência (NOGUEIRA NETTO, 2017), espaços à beira da legalidade, de fato na marginalidade da sociabilidade imposta à época. O aparato midiático foi importante para a

² Movimento estudantil iniciado em Paris que obteve grande repercussão em outras partes do planeta.



transformação e imposição de uma cultura ligada aos pensamentos conservadores e positivistas dos militares, que desestimulava em um nível macro o pensamento crítico de toda a população. Através da censura tinha-se o controle das obras artísticas, filmes, músicas, teatro, livros etc, que poderiam e deveriam ser entregues à grande massa. Concomitantemente eram produzidas e ganhavam destaque obras que tratavam mais de dramas particulares e menos de questões políticas e econômicas, dando destaque na música para a ascensão do gênero sertanejo, e das novelas melodramáticas na televisão aberta (REIS; ROLLEMBERG, 2008).

Assim, tem-se no país uma vertente com algumas particularidades do que Adorno e Horkheimer nomearam de indústria cultural. A produção cultural de massa não apenas realizava testes e adaptações com o objetivo de venda da arte como mercadoria, mas também como forma de pastoreamento de um gado rumo ao abatedouro neoliberal. Tal processo é fundamental para entender a nova dinâmica de atuação dos movimentos sociais, que passam a eleger também o Estado autoritário como um oponente na luta social, principalmente em relação a suas perdas de liberdades. E nesse sentido os movimentos sociais colaboram para uma grande mobilização que culmina com o fim do período ditatorial. Todavia, uma vez que o oponente é vencido os vencedores começam a se desmobilizar, e é nesse ponto que agora o Estado democrático encontra outras possíveis funcionalidades para tais movimentos e os chamam a fazer parte de um só governo. Tem-se então um cenário onde pautas tradicionais com vistas a superação de uma sociedade de classes, com bases em elementos como igualdade e liberdade, são pautadas em segundo plano, colocando em foco a luta extremamente legítima pela democratização do país no desenrolar da década de 1980. Enquanto essa luta principal é travada, novas manifestações são integradas em sua órbita, garantindo algumas conquistas direcionadas, que nada mais são do que moedas de troca do poder central com os manifestantes, o que Florestan Fernandes (1980) advertia aos socialistas e a esquerda: “que a abertura política nada mais era do que a contribuição da contra revolução por outros meios” (TÓTORA, 1999, p. 120) .

O caminho dos movimentos sociais nesse cenário político e econômico das décadas de 1980 e 1990 no Brasil foi permeado por inúmeras conquistas, mas o espectro do poder centralizador do Estado ainda pairava e nesse sentido a narrativa dos discursos neoliberais de esvaziamento do Estado, encontrou em alguns movimentos o combustível necessário para inflamar novas possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social, como diz a frase de autoria desconhecida de um suposto provérbio árabe: “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”. Assim sendo, os movimentos que foram levados a enxergar unidirecionalmente que o Estado totalitário era seu inimigo, deixando de lado todo o contexto político e econômico que levou o Estado brasileiro a tomar essa forma, encontra no discurso



neoliberal de esvaziamento do poder estatal um possível amigo para a “destruição” do seu “inimigo”. Surge assim uma configuração de lutas institucionalizadas, seja através da materialização de novos partidos políticos e, também, de Organizações não Governamentais, estas últimas compondo um campo heterogêneo de instituições com interesses e objetivos dos mais diversos possíveis (MONTAÑO, 2010).

NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA OU APENAS GARANTIAS DE SUBSISTÊNCIA?

Em primeira análise, podemos ter a nítida impressão de que o trabalho das ONGs colabora com uma transformação da realidade social, e em alguns aspectos seus trabalhos são essenciais para a garantia mínima de existência, principalmente em nível local. Porém pensando em nível macro, em resultados não só pontuais, mas em resultados de mudanças estruturais, há que se fazer algumas considerações. Assim, o aporte teórico crítico é fundamental para uma busca de compreensão dessas organizações para além da sua aparência (NETTO, 2011).

Uma grande dificuldade que se apresenta quando se discute as organizações não governamentais é sua diversidade. Esse campo, como dito anteriormente, é composto por organizações locais onde a sociedade se uniu para conseguir manter a dignidade humana na ausência do Estado, como associações filantrópicas, organizações da sociedade civil, associações de moradores, entre outras. E conta também com fundações movidas pela razão instrumental empresarial, como as fundações Bradesco, Itaú Social, Roberto Marinho, etc.

O que parece difícil, ou o que nos é apresentado como tal pelo discurso instrumental desestimulante do debate crítico que objetiva a manutenção da ordem vigente, é justamente analisar “a diversidade” dessas organizações sem cometer erros. Porém, o que devemos tomar como base é como está organizada a sociedade atual e o movimento dialético que possibilitou tal conjuntura e, consubstancialmente, estabelecer como categoria de análise apenas as únicas características em comum de todas essas organizações.

Temos assim, uma sociedade composta pelo Estado, mercado e terceiro setor, conforme (MONTAÑO, 2010) a sociedade civil é a matriz para o surgimento do Estado e do terceiro setor, onde para resolver questões gerais de sociabilidade cria-se o primeiro, e quando a razão mercadológica em pleno cenário da crise desenvolvimentista no fim da década de 70 e início da década seguinte, coloca o Estado como supostamente ineficiente, então “cria-se” o segundo, (não que essas organizações fossem exclusivas dessa conjuntura política e econômica, mas no sentido de se organizar oficialmente essa divisão de responsabilidades). Desse modo, as organizações do terceiro setor no contexto nacional têm em comum seu surgimento na lógica de ineficiência e burocratização do Estado. E



encontram nos postulados da caridade e da benemerência um apoio para a justificação de sua atuação, principalmente com a população mais pauperizada. Sendo intrínseco a essa dinâmica o poder da mídia em campanhas publicitárias, não só de propaganda de marketing como a exploração de produtos culturais como as telenovelas que tem sua trama envolvidas por exemplos de sucesso dessa nova forma de gestão do social, que passa a fazer parte do imaginário da massa, como os amigos da escola promovido pela rede globo.

Para que o Estado consiga estabelecer uma conjuntura que seja favorável de desempenhar suas responsabilidades com a manutenção do crescimento econômico é necessário algumas características, que em conformidade com O'Donnell (1979, p. 111), são duas delas a: “manutenção da exclusão econômica e das desigualdades na distribuição de recursos” e “a despolitização das questões sociais, tratando-as em termos de critérios supostamente neutros e objetivos de racionalidade técnica”, colocando a pobreza e as questões sociais à margem do Estado, o que retira a sua responsabilidade de atuação sob as suas expressões. Sendo esse espaço agora ocupado pelas instituições do terceiro setor, que por sua vez se legitima ao trazer da margem tanto tais problemas como também os integrantes dos movimentos sociais marginalizados.

A objetividade pontual passa ser a característica fundante dessas organizações, tendo desta maneira, como objetivo a diminuição do efeito da exclusão, que de algum modo alcançarão com êxito e, que não podem ser de modo algum invisibilizados ou mesmo desqualificados, porém que mantém as características necessárias que O'Donnell destacava como favoráveis ao crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do presente ensaio teórico não foi de esgotar a discussão sobre as intencionalidades das organizações que compõem o terceiro setor, mas trazer luz sobre o debate de como essas organizações se estruturam dentro do processo brasileiro de democratização que rompe desde as décadas de 1960 até nossa atualidade. Para isso, tomamos essas organizações como uma possibilidade de institucionalização das lutas sociais no contexto político econômico de ascensão do neoliberalismo no Brasil, segundo (LANDIM, 1993).

A busca pela resposta da indagação se o terceiro setor é o verdadeiro responsável a dar respostas às mazelas sociais? e se este é autossuficiente para alcançar êxito? ainda persiste como uma incógnita, mas que pode ser apresentado duas possíveis propostas: sim e não, ou seja, a depender do referencial teórico a ser utilizado, e para encontrar uma resposta coesa e única para tais questionamentos a teoria crítica se mostra fundamental para a promoção de um debate mais invasivo e menos estruturalista, onde resultados



podem ser melhores apreendidos e a atuação ter a possibilidade de correções e redirecionamentos para uma mudança estrutural.

A teorização da indústria cultural pelos Frankfurtianos trazem elementos que ajudam a esclarecer o crescimento vertiginoso do terceiro setor sob a influência da reprodutibilidade da cultura da ajuda mútua, do voluntariado que junto com a caridade e o amor ao próximo são as bases das instituições que integram esse setor.

A racionalidade neoliberal, a partir de estratégias e manobras do Estado, passou a converter seu opositor na luta por garantias de reconhecimento e direitos, “os movimentos sociais tradicionais” (SCHEREN-WARREN, 2006, p. 13) em aliados ou ao menos em opositoristas controlados, formulando um novo papel para a sociedade civil. O papel de suprir a ausência do Estado e assim conquistar a superação de um período em que se encontravam à margem e sem liberdades. Possibilitando uma sensação de efetivação de poder e de mudanças no cenário, mas que sem uma visão crítica incapaz de uma real transformação do status quo.

Os desafios de se pensar para além de uma análise estrutural e descritiva, é sem dúvidas um percurso tortuoso principalmente numa conjuntura neoliberal e de precarização da vida humana. Logo, lançar mão do aparato teórico crítico desenvolvido pelos autores da escola de Frankfurt, é sem dúvida um caminho possível para um exercício de desalienação.

REFERÊNCIAS

REIS; ROLLEMBERG, D. A.; D. A ditadura, as artes e a cultura. In memórias reveladas. Disponível em: [A ditadura, as artes e a cultura - Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.](#). Acesso em: 22/04/2022.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. 6. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ADORNO, T. W. Notes to Literature II. Tradução de Shierry Weber – New York: Columbia University Press, 1992.

ADORNO, T. W. Prismas: crítica cultural e sociedade. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida –São Paulo: Ática, 1998.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ALVES, G. A. P.. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal? Precarização do trabalho e redundância salarial. Revista Katalysis, v. 12, p. 188-197, 2009.

BARROCO; TERRA; M. L. S; S. H. Código de ética do/a assistente social comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.



FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1921].

FROMM, E. O medo da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FREITAG, B. A teoria crítica ontem e hoje. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. vol. 1

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAPIASSU, H. Questões epistemológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LANDIM, L. Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa IER, 1993.

MATOS, O. C. F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTAÑO; C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA NETTO, A. A. Os movimentos sociais na ditadura, uma análise geográfica. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n. 2, p. 142-151, 2017.

PAULO NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx I. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA; A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

PEREIRA; C. A. M. O que é contracultura. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHERER-WARREN, I. Apresentação. Sociedade e Estado [online]. 2006, v. 21, n. 1 [Acessado 22 Abril 2022] , pp. 13-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100002>>. Epub 10 Out 2006. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100002>.



TILLY, C. Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política n. 3, 2010, p. 133-160.

TÓTORA, S. A questão democrática em Florestan Fernandes. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1999, n. 48 [Acessado 22 Abril 2022] , pp. 109-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>>. Epub 26 Maio 2010. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. Lua Nova, n. 17, junho, 1989 p. 5-18.